

Política

CONSTITUINTE

O QUE A COMISSÃO JÁ MUDOU NO TEXTO

O texto da futura Carta, já aprovado pelo plenário, está repleto de erros. As correções adotadas, porém, estão transformando o sentido de alguns artigos.

A Carta, segundo os militares.

Os ministros militares estiveram reunidos ontem, durante quatro horas, tratando especificamente do tratamento a ser dado à elaboração das leis complementares que lhes interessam. São mais de 20 leis e, segundo o ministro Leônidas Pires Gonçalves, o Exército tem pressa em resolver o assunto: "Acho que quanto mais rápido saírem as leis complementares, melhor será, porque este País precisa ser submetido a um sistema legal em todos os aspectos", disse.

O ministro do Exército, único a falar após o encontro da cúpula militar, opinou sobre a nova Constituição, mas usou uma linguagem metafórica: "Sobre essa nova Constituição, eu diria que o contrato de casamento está feito. Vamos ver como vai ser a vida conjugal. Minha expectativa é que será com toda vida conjugal, com pontos altos, róseos e felizes e outros de atrito".

Do almoço de trabalho, ontem, no EMFA, participaram os ministros do Exército, Marinha (Henrique Sabóia), Aeronáutica (Moreira Lima), EMFA (Valbert Listéux), SNI (Ivan Mendes) e Gabinete Militar (Bayma Denys). O general Leônidas disse que os assessores parlamentares dos Ministérios militares participarão da Comissão Interministerial que funcionará nos mesmos moldes de quando se redigiu a Constituição, ou seja, farão as sugestões ao Palácio do Planalto que, por sua vez, as encaminhará, em forma de projeto, ao Congresso Nacional.

No que diz respeito ao papel constitucional das Forças Armadas e à possibilidade de haver lei específica para definir a forma de o Legislativo e Judiciário se dirigirem ao Executivo, pedindo tropas, o ministro foi evasivo. "Acho que isso não é passível de discussão. Está perfeitamente definido no texto e é até educacional. Até então, nós temos tido pedidos para a manutenção da lei e da ordem, exclusivamente do Executivo e Judiciário. Eu creio que só está faltando, agora, solicitação do Legislativo, o que será muito bom", acentuou o general Leônidas.

O ministro do Exército é de opinião que o Conselho de Segurança Nacional não perdeu seus poderes no novo texto constitucional. Ele considera que há interpretações errôneas e observou que País nenhum vive sem um Conselho de Segurança. "Segurança nacional, senhoras e senhores, não é doutrina, é um conceito. Todos nós queremos segurança e o País também". O ministro do Exército, mais uma vez, criticou a preocupação de alguns parlamentares quanto à possibilidade de qualquer calamidade gerar uma intervenção imediata dos militares, por causa da redação dada aos dispositivos que tratam do estado de defesa. "Li nos jornais e fiquei surpreso de alguém achar que greve pode ser considerada uma calamidade", disse Leônidas.

Os deslizes do doutor Ulysses

A Comissão de Redação da Constituinte fez alterações de mérito no projeto votado pelos 559 constituintes em segundo turno sem nenhuma base legal ou regimental para isso. Ulysses Guimarães decidiu tudo: a indicação dos integrantes da comissão, a forma de trabalho, a liberação para que os constituintes falassem o tempo que quisessem e as alterações que poderiam ser feitas. Avisou, formalmente, em uma reunião, que não poderiam ser aceitas emendas de mérito, mas elas foram aceitas.

A rigor, a Comissão de Redação deveria limitar-se às questões de filologia, mas o regimento foi omissivo quanto às suas competências. A Resolução 3, de 5 de janeiro de 1988, que alterou o regimento da Constituinte, fixou no seu artigo 12 que, concluída a votação, "a matéria será encaminhada a uma comissão de redação integrada por constituintes a serem designados pelo presidente, incluído entre eles o relator". O resto, Ulysses definiu.

Foi alteração de conteúdo incluir no texto matéria nova determinando que os bens do Distrito Federal serão os destinados pela União, nos termos da lei. No inciso III do artigo 177, que trata do monopólio da União, também houve alteração do conteúdo votado em segundo turno: o plenário incluiu no monopólio o transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional ou de derivados combustíveis de petróleo. A Comissão trocou "derivados combustíveis" por "derivados básicos". As jazidas e mi-

nas pertencem à União, no texto votado em plenário. Na Comissão, somente ficam as jazidas.

Ulysses Guimarães permitiu a votação de emendas que alteravam o mérito mesmo quando houve objeção de algum líder, princípio que ele havia prometido respeitar no começo dos trabalhos. No artigo 136, o estado de defesa pode ser decretado em razão de calamidade natural. Primeiro a Comissão aprovou emenda retirando o termo "natural", o que permitiria interpretar a calamidade de acordo com o gosto de cada um. Recusando objeção do PFL, Ulysses permitiu a votação de outra emenda, que substituiu o "natural" por "calamidade de grandes proporções na natureza", também aprovada. A extensão de direitos trabalhistas aos militares foi também aprovada, alterando o conteúdo e acrescentando matéria nova.

Um exemplo ao contrário seria o do limite de juros. Havia proposta para alterar de parágrafo para inciso o texto aprovado em segundo turno. Para não alterar o mérito, a Comissão votou e decidiu manter o dispositivo como parágrafo, pois assim estava aprovado no segundo turno de votações.

Hoje e amanhã, todos os constituintes terão das 9 às 18 horas para apresentar emendas de correção da redação no texto examinado preliminarmente pela Comissão de Redação. Como os integrantes da Comissão, muitos constituintes já informavam ontem que vão extrapolar a praxe, apresentando emendas também que mudam o conteúdo.

Numa Constituição que tem 322 artigos (245 permanentes e 77 provisórios), e Comissão de Redação já encontrou nada menos que 108 erros. Esse foi o número de modificações feitas na Carta após seu primeiro turno de trabalho. Na segunda e terça-feira da semana que vem, a Comissão se reúne novamente, e não será surpresa se o número de modificações de redação ultrapassar mesmo o número de artigos.

Nem todas as modificações são simplesmente de redação. Ontem, foram encontradas ainda outras alterações de mérito, que passaram despercebidas durante os trabalhos da Comissão. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) acredita ter encontrado no texto uma concessão aos marajás. No artigo 27, parágrafo 2º, que fala sobre a remuneração dos deputados estaduais, foi retirada uma remissão ao artigo 37, inciso XI. Esse inciso fixava como limite máximo, no âmbito dos respectivos poderes, os valores recebidos pelos membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo e ministros de Estado. "A retirada dessa remissão pode significar que os deputados estaduais deixam de ter como limite para os seus salários a remuneração dos deputados federais", disse Vivaldo.

As primeiras alterações feitas pela Comissão de Redação são as seguintes:

Remuneração dos deputados estaduais — Retirado o limite dos salários dos deputados federais.

Número de vereadores — Nas cidades com mais de cinco milhões de habitantes, o número mínimo passou de 33 para 42.

Imposto de Renda — Foi explicitado que o presidente, o vice e os ministros de Estado também têm que pagar.

Estado de Defesa — No texto

aprovado no segundo turno, podia ser decretado em caso de "calamidade natural". Modificou-se para "calamidade de grandes proporções na natureza", o que inclui o estouro de uma grande barragem, como Itaipu, por exemplo.

Minas — A palavra "minas" foi retirada do artigo que dispõe sobre os bens da União. A argumentação é que mina pode ser considerado sinônimo de jazida (a mina é a jazida explorada). A esquerda considera que tal supressão pode vir a permitir que a exploração mineral seja feita por empresa multinacional.

Meio ambiente — O texto aprovado no segundo turno dispunha que a coletividade cabia apenas a preservação do meio ambiente. Foi acrescentada a defesa. Isso significa que o cidadão terá poderes constitucionais para impedir a derrubada de uma árvore.

Taxas de juros — Transformada de inciso do artigo 192 em parágrafo. Como inciso, dependia de lei. Como parágrafo, deverá ser auto-aplicável, na interpretação da maioria dos constituintes.

Mandato dos membros da Mesa da Câmara e do Senado — É tradicionalmente de dois anos. O texto aprovado no segundo turno não explicitava. A Comissão de Redação corrigiu a omissão.

Direitos dos militares — Os direitos trabalhistas dos militares tinham sido esquecidos. Agora eles têm cinco: férias, 13º salário, direito-paternidade, direito-maternidade e salário-família.

Juiz de Paz — Foi fixada a idade mínima de vinte e um anos para ser juiz de paz. A explicação é que, a partir da promulgação da Constituição, os juizes de paz passarão a ser eleitos e precisava-se, portanto, de uma idade mínima para as candidaturas.

E a Bahia agradece ao Planalto

E o esforço do senador Juthay Magalhães (PMDB-BA) valeu a pena. Depois de dois dias de obstrução, conseguiu o compromisso do presidente Sarney de encaminhar "em menos de uma semana" uma autorização de crédito para o governo da Bahia de cerca de Cz\$ 144 bilhões. Com esse compromisso, Juthay desobstruiu a pauta e, enfim, foram votadas e aprovadas no Senado as matérias de interesse do governo: 19 empréstimos a Estados e Municípios, no total de Cz\$ 235 bilhões, além da indicação de Joaquim Roriz para governador do Distrito Federal.

Juthay parecia satisfeito com

o desfecho da história. Anteontem, quando deveriam ter sido votados os projetos do governo, ele se irritou ao constatar que a mensagem de Sarney com o empréstimo para a Bahia era a mesma aprovada em dezembro de 1987, embora o dinheiro nunca tivesse sido liberado. Desfeito o "equivoco", como o próprio Sarney reconheceu, a recompensa foi acelerar a tramitação e a liberação do novo empréstimo, sem a necessidade de a papelada passar pelos 32 órgãos envolvidos no projeto. Juthay deu um voto de confiança ao Planalto: "São pessoas idôneas as que estão envolvidas nesse compromisso. Tenho

de admitir a credibilidade dessa notícia".

O cumprimento da promessa, de certa forma, também foi cobrado ontem pelo governador baiano Waldir Pires, que enviou um telegrama a Sarney. Elogiou o presidente por estar transpondo "estranhas dificuldades" na liberação de recursos para seu Estado, lembrando que "inexistem razões pessoais que impeçam o relacionamento administrativo entre a Bahia e o Planalto". Por várias vezes, Pires frisou que o compromisso expresso do presidente é de liberar a verba prometida no prazo de sete dias.



Faixa de protesto na festa de Sarney

O presidente José Sarney terminava de discursar ontem para dois mil evangélicos, num culto de ação de graças pela segunda safra recorde do País, realizado num ginásio de Brasília, quando foi surpreendido por um gesto inesperado: cinco jovens participantes do ato ergueram uma faixa de protesto (veja na foto). Constrangido, Sarney viu os agentes de segurança retirarem a faixa dos adolescentes. Mas nenhum deles foi preso.

Os juristas e a nova ordem constitucional

Começa na próxima segunda-feira o II Fórum Jurídico, no hotel Brasilton, em Belo Horizonte, com a duração de três dias. Patrocinado pela Academia Internacional de Direito e Economia, Fundação D. Cabral e Federação do Comércio do Estado de Minas, é o primeiro a discutir a nova Constituição a nível jurídico. Estarão presentes 33 conferencistas. A orlestra inaugural é do jurista Ives Candia. O jornalista Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde, será um dos conferencistas que debaterão com o público.